

## **O PDT e o Socialismo Trabalhista: entre antigas e novas tradições**

### *The PDT and the Labour Socialist: between old and new traditions*

**Izabel Cristina Gomes da Costa**

Pós-doutoranda, CPDOC FGV  
izacris68@gmail.com

**Resumo:** O texto visa analisar as tradições preservadas pelo “Novo Trabalhismo” no processo de reconstrução da sua agremiação em 1979, e como ele propôs combinar à sua trajetória política novos elementos advindos das concepções socialistas. Assinala-se também a incidência fundamental da experiência do governo de estado no Rio de Janeiro logo no início da sua organização, depois de mais de uma década de interrupção dessa experiência, assim como a centralidade do alcance da presidência da república como elemento central para a construção do seu projeto de poder no Brasil.

**Palavras-chave:** Novo Trabalhismo; Socialismo; tradições; PDT

*Abstracts: This paper aims to examine the traditions preserved by the "New Labour" in the reconstruction process of their association, and how he proposed to combine this new political path elements from the socialist conceptions. It also notes the incidence of the experience of state government in Rio de Janeiro at the beginning of its organization, after more than a decade of interruption of this experience, and the centrality of victory in elections for president of Brazil in 1989 for the construction of its power project in the country.*

*Keywords: New Labour; Socialism; Traditions; PDT*

## O PDT e o Socialismo Trabalhista: entre antigas e novas tradições

Apesar dos prognósticos anunciados, o principal herdeiro da “tradição populista” no Brasil não havia sido abatido definitivamente pelo golpe civil-militar de 64. No final dos anos setenta, o PTB ressurgia revigorado, e trazia consigo uma novidade: a opção pelo socialismo democrático. De início, as expectativas quanto à formação de um partido nos moldes da social-democracia europeia, já que a ela o trabalhismo se associara através do Partido Socialista Português (PSP), reanimava diversas correntes, líderes e militantes que concorreram pela hegemonia política dos trabalhadores durante os anos sessenta.

Mas o trabalhismo queria mais. Numa dura crítica ao MDB, ele queria se postular como a verdadeira oposição no Brasil à ditadura militar. Afinal, desde 64, os quadros

trabalhistas haviam sido alvos de perseguições e de exílios. Desde o Encontro de Lisboa o trabalhismo movimentava o imaginário de militantes das esquerdas, das direitas brasileiras e dos populares que ainda se lembravam vivamente das experiências do pré-64, das lideranças de Jango e Brizola, e, sobretudo, da memória de Getúlio Vargas (KADER, 2008).

Imbricado ao trabalhismo também reaparecia o conceito que o perseguia. O populismo reocupava o seu lugar central na cena política. Verdadeiras batalhas das memórias se digladiaram e incidiram sobre as opções políticas que se apresentavam no país. As imagens e conceitos mobilizados no pré-64 retomavam a sua força diante do fenômeno revivido.

Assim o reaparecimento do PTB também mobilizava seus opositores. Reforçava a perspectiva daqueles homens e mulheres que refutavam a experiência pregressa, condenada à morte pelos vícios, percebidos como inerentes ao trabalhismo: o populismo, a manipulação, o clientelismo e a demagogia. Queriam o novo. A eclosão de um forte movimento operário nas regiões industriais mais modernas do Brasil parecia confirmar que aquele sindicalismo nada tinha a ver com a tradição anterior. Ele representava o amadurecimento da classe trabalhadora brasileira, um marco “superior” às experiências do pré-64, dotada de uma “verdadeira consciência de classe” e que não se deixaria mais manipular.

Entre os trabalhistas, como o ministro da saúde de João Goulart, Wilson Fadul, a definição expressava uma visão deformada do processo político brasileiro, difundida por dois segmentos: os liberais afastados da cena política a partir de 1937 e a esquerda ortodoxa com grande influência no seio dos intelectuais e da juventude e que não concebia um movimento de massas não submetido ao rigor de suas convicções doutrinárias (CHUAHY, 2002, p.7).

O retorno do PTB revolia antigas batalhas que não haviam sido totalmente enterradas com a pretensa “morte” do populismo em 1964. Pelo contrário, confortavelmente ancorado sobre o status acadêmico, um ponto em comum sustentava as concepções disseminadas à direita e à esquerda: o trabalhismo era um elemento perigoso e nefasto da política nacional. Era impossível ter uma relação de confiança com ele.

Observando o comportamento do termo neste início de milênio é fácil averiguar que ele continua solidamente fincado na cena política brasileira. Quem quer ser chamado de populista? Seu conteúdo demoníaco é periodicamente reavivado, surgindo novos representantes no Brasil. E ele nem sempre obedece à clivagem direita-esquerda. Entretanto o fio que lhe traz sentido não se perde. Populista é aquele que, de alguma forma, tenta se aproximar e estabelecer vínculos mais próximos com as classes populares. E estas, como são

“amorfas”, “inorgânicas”, “rudes” e até mesmo “ignorantes”, só podem sustentar uma relação por meio de artifícios manipuladores, demagógicos e clientelistas.

A cristalização do epíteto em verdade incontestada, entretanto, não impediu que abordagens alternativas demonstrassem a crescente insatisfação com o uso tradicional do conceito. Trabalhos pioneiros rejeitaram o populismo como um elemento chave para a compreensão da rica experiência vivida pela sociedade brasileira a partir da década de trinta. Em seu lugar a ideia de um pacto trabalhista que pressupunha um papel ativo de ambos os lados – trabalhadores e Estado – mesmo que de forma assimétrica. Abria-se assim uma nova perspectiva para compreender as lutas travadas pelos trabalhadores brasileiros no período pré-64, condenados por grande parte da historiografia a assumir um papel coadjuvante: “A lógica deste pacto (...) precisava ser entendida numa perspectiva temporal muito mais ampla, que conectava o período do pré- e do pós-30 e as experiências aí vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado” (GOMES, 1988, p. 47-48).

PDT: o trabalhismo como o caminho brasileiro para o socialismo?

No dia 26 de maio de 1980, treze dias após o ato do STE que enterrava o “velho PTB” para parte dos trabalhistas, antigos e neófitos, nascia das suas entranhas um “PTB de esquerda”. Radical. Ele fora nomeado de Partido Democrático Trabalhista. O PDT nascia ungido por fortes heranças e inventando novas tradições.

O nome, de início provisório, gerou polêmica até o Encontro de Mendes, no dia 23 de janeiro de 1983. Apesar de declarar-se socialista desde 1978 – é verdade, uma menção tímida na Carta de Lisboa, havia divergências quanto à presença do termo na sigla que identificaria o partido, acenando de forma inequívoca a imbricada relação entre socialismo e trabalhismo. Theotonio dos Santos relatava que um grande grupo propôs a mudança do termo democrático para socialista. Brizola não gostava da ideia e se apoiou numa das suas intervenções:

Não, o Brizola não tem uma tradição socialista. Eu tenho tradição socialista, para mim não seria problema pertencer a um partido socialista. Mas por que o Brizola pertencer a um partido socialista se ele vem de um movimento nacional-democrático, com outra problemática? E ele está aceitando evoluir para o socialismo, ele está evoluindo na direção do socialismo. Seria falso nós colocarmos para o povo brasileiro que, de repente, nós somos um movimento socialista. Nós somos basicamente um movimento nacional-democrático que evolui para o socialismo, que se propõe conduzir, avançar para o socialismo (SANTOS, 2008).

Não estava em questão a ênfase do projeto a ser desenvolvido a partir da abertura política brasileira? Afinal o que era mais forte, o apelo “democrático” ou o “socialista”? Era apenas uma acomodação com aqueles que nem sempre partilharam desta tradição? A incompreensão do povo brasileiro quanto ao conteúdo socialista? Ou a resistência também presente não apenas nas hostes do “velho PTB ivetista”?

O socialismo pedetista e as tradições trabalhistas. O que resgatar?

Não é fácil incorporar como parte do “novo” uma herança imersa em tantas polêmicas. E este fora o caso do “PTB de Lisboa”. Justificando-se, um aspecto da sua atuação era defensivo. Necessitava demonstrar sempre em que medida não reproduzia mais os “vícios” trabalhistas do pré-64. Para outros tais explicações eram estéreis. As “deformações” eram inerentes. Logo, a imagem mais duradoura do PTB imputava-lhe um “vício de origem”. Ilegítimo, a sua fundação significava mais uma das artimanhas getulistas – corrupção, fisiologismo, aparelhismo. Uma arquitetura maquiavélica suportava o PTB.

Mas quais heranças o antigo PTB deixava para o PDT nos anos oitenta?

Em seu último ato Getúlio Vargas legara para o trabalhismo o seu principal patrimônio político, a Carta Testamento. O suicídio, no dia 23 de agosto de 1954, tornara-se uma segunda fundação do PTB. Um documento simbólico, até hoje um lugar de memória, ele representava a ousadia das forças conservadoras para assenhorear-se do poder, mas também a resistência heroica daquele que se imolara para impedir tal avanço. O “Novo Trabalhismo” de Lisboa incorporava a herança varguista a partir da abordagem produzida por Leonel Brizola no pré-64. O dirigente pedetista, a partir dos elementos pinçados da Carta Testamento, radicalizava o nacionalismo getulista, dotando-o de uma feição anti-imperialista e revolucionária, mais conectada ao ambiente político dos anos sessenta (FERREIRA, 2005, p. 11).

O PDT também herdara uma série de contribuições doutrinárias originadas do PTB. Estão presentes desde a sua fundação as referências ao trabalhismo inglês. Identificando a existência de variações de capitalismo e socialismo, o trabalhismo era uma terceira via e ele equivalia ao “capitalismo solidarista” (PASQUALINI, 2008, p. 152). Nos anos oitenta as noções de “capitalismo humanizado” e “solidarista” foram substituídas por proposições que

afirmavam a concepção socialista (BASSO, 2000, p. 140). Incorporando o “socialismo democrático” – bastante inspirado na social-democracia europeia, porém adotando um conteúdo mais radical diante da realidade brasileira – o “Novo Trabalhismo” mantinha fortes elementos do pré-64 como a ideia da terceira via, dos diversos tipos de propriedade e das características do nacional-estatismo.

O programa nacional-estatista dotou o PTB de pontos de convergência diante da sua grande heterogeneidade interna, esgarçada ainda mais no início da década de sessenta. Esta unidade fora estabelecida através de bandeiras comuns, centradas no reformismo, distributivismo e nacionalismo como elementos do projeto de modernização desenvolvimentista dirigido pelo Estado (DELGADO, 2004).

O nacionalismo era uma marca do PTB, partilhada por várias vertentes do partido – “ideológicos” ou “fisiológicos” – dando-lhe uma visibilidade política e eleitoral. Entretanto esta não era uma concepção unívoca. Neste caso é mais correto mencionar a existência de distintos nacionalismos em disputa no PTB. Fato já observado, estes embates chegaram a envolver o líder petebista incontestado, Getúlio Vargas, questionando-o pela sua moderação no episódio da criação da Petrobrás (D’ARAÚJO, 1996, p. 91, 92).

No transcorrer dos anos 50 a agremiação empunhou a bandeira da libertação nacional, interpellando o eleitorado com este discurso (D’ARAÚJO, 1996, p. 91). A morte de Vargas, as mudanças internacionais nas regiões mais pobres do planeta com a ascensão das suas insurreições impulsionaram o desenvolvimento de uma vertente nacionalista radical no trabalhismo. Leonel Brizola era a sua principal expressão política. Na visão de Moniz Bandeira a prevalência dos interesses estrangeiros tornava-o uma premissa da emancipação social na periferia (MONIZ BANDEIRA, 1985). Apesar da predominância do viés radical, existiam outras variações nacionalistas no PTB. Destacava-se a figura de Santiago Dantas, que, representando uma concepção mais moderada, discordava da errônea identificação entre nacionalismo e estatismo. Para ele o PTB devia defender um nacionalismo não estatista, não antiamericanista, aberto ao setor privado, baseado na defesa prioritária dos trabalhadores (GOMES, 1994, p. 144-146).

Nos anos oitenta o trabalhismo preservava a sua forte herança, atualizando o seu discurso. Todavia, Leonel Brizola procurava se desvencilhar da imagem que marcara a sua trajetória antes de 64: um líder radical e anti-imperialista, “que queria expropriar, indiscriminadamente, todas as empresas estrangeiras”. Relocalizando as atitudes adotadas

como governador gaúcho em relação à Bond & Share e à ITT – ele queria uma solução de entendimento, mantendo a soberania e o controle da tecnologia pela nação –, aproximava as mesmas da postura do regime militar frente à questão dos computadores. Um governo nacionalista no Brasil, naquele momento, não poderia desprezar o peso político das multinacionais no país (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 180; 181; 196). O diálogo e a compatibilização da atuação do capital estrangeiro com os interesses nacionais e sociais se realizariam através do controle popular sobre as decisões do Estado. Todavia era necessário estancar as perdas internacionais.

O PDT também herdou o forte caráter reformista do PTB. Traduzido pela bandeiras das reformas de base, elas expressavam o amadurecimento ideológico do partido no pré-64 (MONIZ BANDEIRA, 1985). Esse programa amalgamava os elementos nacionalistas e anti-imperialistas, afinal, sem conter as perdas internacionais seria impossível desenvolver a nação e torná-la independente dos capitais estrangeiros. No final dos anos setenta as lembranças das reformas de base resgatavam o desafio de reviver o seu papel renovador no período anterior. Relacionando esse programa ao caminho democrático, abortado em 64, os trabalhistas rerepresentavam uma política que respeitava os marcos institucionais: “retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro” (PDT, 2006, p. 9).

No início dos anos oitenta do PTB nascia o PDT. Transitando entre antigas e novas tradições, as “virtudes” eram incorporadas ao projeto renovador. Quanto aos “vícios”, poucas reflexões sobre as suas origens e razões, mas muitas promessas de não mais repeti-los. Eles haviam ficado para trás com o “velho PTB”. O que importava era o “Novo Trabalhismo”.

O socialismo pedetista: a invenção de uma nova tradição

Refletir sobre a relação entre trabalhismo e socialismo não era algo totalmente inédito no petebismo. Nos anos sessenta, um sentimento era partilhado por muitos trabalhistas e seus aliados. Theotonio dos Santos afirmava que a palavra socialismo aparecia eventualmente, mas “era evidente que o movimento popular brasileiro tendia a superar a ideia de um desenvolvimento capitalista e começava a criar as bases para uma transformação social mais profunda, de caráter socialista” (SANTOS, 1985, p. 61; 62).



A novidade trazida pelo encontro de 1979 era a incorporação da estratégia socialista ao programa trabalhista e a sua centralidade nas concepções do PDT, expressando a síntese entre o antigo e o novo; o trabalhismo socialista. Mas quais eram as marcas da nova tradição?

O “Novo Trabalhismo” possuía referências fundamentais em Getúlio Vargas e no governo de João Goulart, mas o grande elemento agregador era, sem dúvida, a figura emblemática de Leonel Brizola. Mais do que o antigo PTB, esse movimento reivindicava as heranças do “trabalhismo brizolista”. A sua liderança popular e a ousadia da sua ação revolucionária no pré-64 – muitos o consideravam o segundo maior líder revolucionário do país após Luiz Carlos Prestes – empolgavam distintos setores das esquerdas brasileiras (SANTOS, 2008). Apesar da ascendência do dirigente petebista, o “Novo Trabalhismo” parecia não querer formar uma agremiação personalista, destituída de organicidade. O pluralismo assinalava os esforços realizados em prol da reorganização do PTB.

O seu documento fundador – a Carta de Lisboa – indicava a necessidade da diversidade nas alianças políticas com outros partidos democráticos e progressistas, e de uma relação não manipulatória com os movimentos sociais (PDT, 2006, p. 8). Internamente a pluralidade se expressava na reunião de grupos e indivíduos de origens distintas. Como um partido de massas, ele devia ser o estuário de diversas tradições das esquerdas. Ainda no exílio, o depoimento de Brizola ao socialista Moniz Bandeira enfatizava este compromisso:

Entendo, portanto, que o PTB, como um partido de massas, das grandes maiorias do País, deve ser amplo, isto é, deve congrega todas as correntes do movimento popular, respeitando-se a liberdade de tendências. O PTB não pode fazer uma opção filosófica ou religiosa. Mas pode e deve abrigar, como um partido de massas, não só os que têm origem getulista e trabalhista, mas também cristãos de esquerda, socialistas, fabianos etc., desde que aceitem a sua doutrina e o seu programa (MONIZ BANDEIRA, 1979, p. 188; 189).

Preocupados em dotar o trabalhismo de uma feição mais ampla, socialistas como Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Betinho e Ruy Mauro Marini nutriam uma ambição: juntar no mesmo partido as três expressões populares mais radicais do Brasil pré-64, Brizola, Arraes e Prestes. Segundo Theotonio, Arraes nunca aceitou aproximar-se de Brizola. Prestes estava muito vacilante e envolvido com as suas diferenças no interior do PCB. Outras importantes lideranças trabalhistas do pré-64 não se incorporaram ao projeto. Almino Afonso tinha problemas com Brizola, resquícios das disputas com Jango, e Pedro Símon, apesar dos primeiros sinais positivos, optou em permanecer no PMDB (SANTOS, 2008).

Entretanto o processo foi marcado pela presença de nomes importantes do trabalhismo, como Darcy Ribeiro, e de uma miríade de militantes e agrupamentos políticos: antigos getulistas e trabalhistas, petebistas ou não, socialistas, oriundos do PSB e de outras tradições, trotsquistas históricos como Edmundo Moniz, militantes do movimento estudantil e da luta armada, brizolistas, e comunistas advindos do PCB.

Conjugando a “tradição” e a “modernização”, o Encontro de Lisboa apresentava como novidade a transformação do trabalhismo na etapa fundamental de construção do socialismo em países periféricos como o Brasil. Fortemente apoiados na Internacional Socialista, os dirigentes e militantes ali reunidos defendiam uma concepção que ultrapassasse os modelos clássicos e eurocêntricos. Propunham uma nova abordagem para o país.

Depois das experiências malogradas da luta armada, a preocupação dos “lisboetas” voltava-se para a divulgação de uma concepção que se amparasse nas tradições enraizadas na memória popular. A trajetória do trabalhismo aproximava-se delas. O resgate do nacionalismo democrático era essencial, pois no Brasil a luta socialista não havia trilhado os caminhos clássicos europeus. Retomar o projeto do socialismo, portanto, significava transformá-lo num movimento de massas, identificado com o momento histórico do pré-64:

No Brasil, o socialismo não se encarnou necessariamente num partido com um programa claramente definido. Ele se identificou com a ala popular de um amplo movimento de massas e de uma ampla frente de forças nacionalistas e democráticas (...) Portanto, se o socialismo não pretende ser hoje um raio caído do céu na história do Brasil ou um movimento de minorias intelectuais, ele tem que identificar-se necessariamente com este vasto movimento histórico (SANTOS, 1985, p. 62).

A aproximação do “Novo Trabalhismo” com a Internacional Socialista justificava-se, pois o movimento brasileiro representava, na concepção de alguns intelectuais, uma variação da social-democracia em regiões periféricas, sem uma classe operária suficientemente forte, organizada e independente, mas com um forte movimento de massas, similar ao que representou a social-democracia na Europa (SANTOS, 2008).

Convictos, o caminho traçado a partir do Encontro de Lisboa representava uma novidade para o movimento socialista brasileiro. Ao contrário das organizações tradicionais do campo das esquerdas, o seu projeto “rejeitava cópias”, estava “despido de soluções importadas” (PDT, 2006, p. 8). Superava a tradição eurocêntrica, e buscava sua identidade nas raízes nacionais. Mas também nas heranças revolucionárias latino-americanas. Para os



trabalhistas esse era o sinal distintivo da sua proposição. E ele ficara eternizado pela alcunha “socialismo moreno”, conferida por Darcy Ribeiro (SANTOS, 2008). Havia diversas referências a pensadores latino-americanos, como José Martí, nesta concepção:

O Darcy fala da civilização das Américas. Ele resgata toda uma série de pensadores latino-americanos que apontavam no sentido de que o alvorecer da nova civilização do futuro seria na América Latina, porque seria um 'cadinho' de culturas de todo o mundo que floresceria uma civilização morena. E que essa civilização morena ela seria socialista, porque o socialismo prega a igualdade (FERNANDES, 2007).

Nos anos 80 o PDT agregou muitos militantes terceiromundistas. Anísio Kader era um deles. Devido à origem síria e à centralidade da causa palestina realizou diversas viagens ao exterior, estreitando as relações do PDT com outras agremiações políticas. Ele destacava a influência de Neiva Moreira e da revista *Cadernos do Terceiro Mundo* sobre o PDT:

Neiva puxou muito o Brizola para esta questão. Brizola era membro da Internacional Socialista e participava de muitas reuniões da IS lá fora e ele começou a ter contato com algumas lideranças importantes do terceiro mundo. (...) Brizola logo percebeu a importância do terceiro-mundismo para a formulação de um socialismo aqui na América Latina (KADER, 2008).

Na metade dos anos setenta uma lenta transição se apresentava ao país. Até a década anterior o grande eixo mobilizador era a ideia de revolução – gradual ou explosiva. O período subsequente – marcado pelo exílio e desarticulação das esquerdas – forçou as reflexões, revisões e redefinições a partir das experiências adquiridas em outras realidades. A democracia tornou-se a palavra-chave das organizações de esquerda e dos movimentos sociais. As experiências autoritárias do socialismo de tipo soviético, a desarticulação de movimentos progressistas, e até mesmo revolucionários, por meio de sangrentos golpes de Estado e a frustração diante de promissores movimentos de libertação nacional impuseram a centralidade da questão democrática.

No Brasil, como apresentar para a maioria da população, ao fim de uma ditadura, uma proposição que passasse ao largo desse tema? Logo, o “Novo Trabalhismo” elegeu-o como uma peça fundamental do seu programa. No caminho brasileiro para o socialismo, democracia e liberdade articulavam-se na busca de saídas para a superação da situação de dependência histórica da nação (PDT, 2006, p. 17). A estratégia confrontava-se com o modelo clássico de revolução bolchevique, rupturista. O propósito do PDT era “ascender ao poder”. Aproximava-

se assim do modelo parlamentar social-democrata, assinalando a necessidade de transformações através da via gradual e pacífica: “o nosso socialismo há de ser construído através do voto livre, numa sociedade pluralista e civil” (PDT, 2006, p. 17).

O socialismo trabalhista destacou-se também pela introdução de novas abordagens, ainda não predominantes no pensamento e nas práticas políticas das esquerdas brasileiras. Ultrapassando a ação política classista, o PDT expressou as demandas de movimentos alternativos que explodiam na Europa e nos EUA, fortalecendo-se também no Brasil. Temas como gênero, juventude, negros, índios, direitos humanos, educação e movimentos populares articulavam-se ao projeto pedetista:

O PDT foi muito marcado nesta compreensão de que era preciso o partido ser um instrumento dos marginalizados, a questão da mulher que é colocada como prioridade dentro do partido, o primeiro partido que colocou em seu programa político a questão da mulher, a questão do negro, do índio. Então os marginalizados receberam aí uma definição muito prioritária na concepção e na prática do trabalhismo nesta fase (BARBOSA, 2008).

Esta concepção já se apresentava desde a Carta de Lisboa, onde o PTB propunha uma campanha de salvação nacional voltada para o atendimento emergencial dos grupos sociais marginalizados na sociedade brasileira (PDT, 2006, p. 11). A proposta difundia a percepção de um projeto genuinamente nacional, e disposto a formular uma política socialista não limitada à atuação clássica no movimento operário. Assim o “socialismo moreno” atraiu militantes destas novas formas de ação social. Foi o caso de Abdias do Nascimento, ativista do movimento negro:

Meu lugar é aqui. O negro, devido à sua própria condição e situação social, é socialista nato. (...) Nosso socialismo data de 1800, quando os quilombos, vindos da África, já lutavam pelos ideais socialistas. (...) Acho que temos uma grande contribuição a dar ao projeto de socialismo moreno do PDT. Eu advogo o socialismo e quero exercê-lo na prática, não só em teorias ou modelos estrangeiros. Temos que colocar todo nosso potencial de luta para que nosso país fique menos racista (NASCIMENTO, 1983).

O que unia distintas expressões políticas? A herança trabalhista e o projeto socialista se encontravam na busca da igualdade. Concebendo a educação como um princípio fundamental, ela adquiria uma centralidade no projeto pedetista, de maneira mais explícita e com uma dimensão muito mais abrangente do que no período anterior a 64: (Brizola) compreendia que na política brasileira você não teria muita força para realizar uma política

mais arrojada. (...) Ele compreendia que pela educação você conseguiria chegar mais próximo da igualdade (BARBOSA, 2008).

Vivaldo Barbosa também apresentava como uma novidade do trabalhismo a difusão da temática dos direitos humanos. Colocando-a no centro do debate político, ela permitiu a atualização do discurso pedetista. O tema derivou não apenas da importância do movimento pela anistia e das denúncias de tortura e de desaparecidos políticos, mas também da experiência de Leonel Brizola durante o seu exílio nos EUA: “Ele usava muito a expressão, as duas palavras sínteses de princípios da política americana, free and equal, livre e igual. Então ele colocava muito isto como a busca da igualdade e da democracia conectada à visão socialista” (BARBOSA 2008).

No período anterior a 64, o PTB transformou-se num partido de massas porque conseguiu exprimir “ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muitos antes de 30” (FERREIRA, 2001, p. 103). O desenvolvimento do partido expressou o amadurecimento político dos segmentos populares no Brasil e a sua incorporação ao jogo político nacional, optando de forma cada vez mais nítida por instituições que defendessem o programa nacional-estatista. Nutrindo-se desta tradição, renitente no imaginário popular mesmo após os anos de ditadura, o “Novo Trabalhismo” retomou as suas heranças, no final dos anos setenta, imprimindo-lhe novos significados. O sucesso alcançado, portanto, não foi fruto da “velha manipulação populista”, mas da capacidade de construir uma nova síntese. Positiva ou negativamente, o PDT combinara vícios e virtudes através do maior símbolo vivo do trabalhismo, Leonel Brizola.

Ocupar a presidência da república como via para o socialismo?

Desde o retorno do exílio (ou dos “mortos” para aqueles que proclamavam o seu fim em 1964) o “Novo Trabalhismo” indicava a centralidade da conquista da presidência da república para a realização do seu projeto político. O caminho brasileiro para o socialismo passava pela execução de reformas nacionais a partir do controle do Estado brasileiro.

Neste trajeto o PDT pôde realizar um pequeno “laboratório” desta experiência, implementando políticas públicas no governo do estado do Rio de Janeiro em 1982. Assim a vitória de Brizola fora recebida como “uma nova etapa política no país” (SANTOS, 1985, p. 91). Era a redenção da fênix. Uma volta por cima, rodeada de simbologias, apreendidas pela

visão de Arthur Poerner. A chegada triunfal do gaúcho ao Palácio da Guanabara, em 15 de março de 1983, “ladeado por um negro e um índio” (POERNER, 1989) representava a maneira como o trabalhismo concebia a luta político-social no Brasil.

Era um socialista chegando ao poder, mas numa dimensão limitada, sem autoridade sobre as leis e sem o raio de ação nacional. Dessa forma o objetivo não era implantar “uma economia socialista num só estado da federação”, mas principalmente executar “medidas de emergência que (atenuassem) a pobreza absoluta e as violentas contradições sociais derivadas da distribuição negativa de renda”. Medidas que colocassem o povo na ofensiva e fortalecessem as condições para o sucesso trabalhista nas primeiras eleições presidenciais do país após a ditadura (SANTOS, 2008).

Demandas relacionadas a uma política igualitária, de redistribuição e de proteção social também foram desenvolvidas como parte do projeto trabalhista. Theotonio dos Santos assinalava, por exemplo, as iniciativas voltadas para a questão da fome, uma influência direta do ex-deputado Josué de Castro, como a política de distribuição de meio litro de leite para cada criança (SANTOS, 2008). José Maurício também assinalava o projeto “Luz para todos”, responsável pela eletrificação de diversas áreas rurais fluminenses. Por fim o ambicioso projeto dos CIEP's expressava a luta pela emancipação social e pela igualdade através da educação, principal bandeira da campanha de Brizola, ratificada no seu discurso de posse:

Povo algum conseguirá atingir qualquer grandeza, nem sequer tocar no que chamamos de desenvolvimento, enquanto não tratar com a mais alta prioridade desta questão, através de educação e assistência às crianças desde o ventre da mãe, aos adolescentes e aos jovens, de tal modo que a população se eleve globalmente (BOMENY, 2008, p.95).

Estratégia articulada desde o Encontro de Lisboa, a experiência no Rio de Janeiro pôs à prova a capacidade do trabalhismo apresentar-se como uma alternativa transformadora para o Brasil. O governo fluminense era a sua grande vitrine. Mas também uma vidraça.

No projeto do “Novo Trabalhismo” a conquista da presidência da república constituía-se num ponto nevrálgico: “O presidencialismo tem uma capacidade de mobilizar muito forte e o Estado brasileiro, sendo um Estado forte, com a Constituição, poderia até se fazer uma revolução. A conquista da presidência era o objetivo maior” (BARBOSA, 2008). Reeditando o percurso realizado pelo PTB até 64, as reformas de base tornavam-se uma condição essencial para a transição ao socialismo. O governo popular devia imediatamente implantar

medidas de caráter emergencial, assegurando o mínimo de condições para a população e estimulando a sua organização e conscientização (SANTOS, 1985, p. 117).

Brizola não se tornou presidente. E o “Novo Trabalhismo” após 1989?

Ocupar a presidência da república para realizar reformas estruturais era central no projeto do socialismo trabalhista. A derrota em 1989 impingiu redefinições nesta política no momento da mais grave crise do campo socialista e sob o impacto do sucesso crescente do principal oponente do trabalhismo no seio das esquerdas, o Partido dos Trabalhadores.

Esta rivalidade era recíproca. Enquanto o PT “demonizava” o trabalhismo, equiparando-os às piores deformações da política brasileira, o PDT também identificava os “demônios” daquele partido. Era o caso das origens “nebulosas” do petismo. Apesar da relação sempre tempestuosa, a frente composta em 89, no segundo turno, contribuiu para o desenvolvimento de experiências comuns entre o PT e o PDT. Amadurecia em ambos os lados a ideia de que os dois partidos eram complementares, uma confluência indispensável para a construção de uma nova esquerda no Brasil (RIBEIRO, 1998, p. 460).

Lula havia sido o elemento “imprevisto”. Todavia, a *débâcle* desnudava problemas mais profundos da organização partidária. Para Vivaldo Barbosa, pouco estruturado, o PDT não atuara bem na eleição: “o PDT na transição e em 89 não respondeu ao desafio que tinha” (BARBOSA, 2008). A centralidade das eleições presidenciais e a crença no carisma de Brizola bastavam para garantir a empreitada: “Eu ouvi isso do Brizola, ouvi isso de outros companheiros, que a questão da organicidade partidária era secundária. Nós tínhamos que ganhar a eleição. Ganhando a eleição, a partir do Estado, aí iria construir o partido que a gente necessitava” (FERNANDES, 2007). Após 89 explodiram dissensos que expressavam uma crise do projeto nacional do “Novo Trabalhismo”. Mas os problemas do PDT possuíam datação anterior, assinalando a persistência de práticas repudiadas no pré-64 e das quais foram duramente acusados. Pedetistas, como José Talarico, denunciavam a rápida transformação dos diretórios regionais em instrumentos de grupos e de promoção pessoal, deixando à margem da composição das direções “velhos getulistas” (TALARICO, 1998, p. 345).

O PDT não havia sido criado para ser um “partido de chefe”. Trabalhistas como José Maurício destacavam a pluralidade e de democracia interna. A ascendência de Brizola era fruto da sua capacidade de captar e sintetizar as tendências das bases (LINHARES, 2008).

Todavia, a centralização do dirigente, para outros, era um fator que reprimia a evolução do partido, temeroso do desenvolvimento de quadros que questionassem o seu controle pessoal (SANTOS, 2008). As disputas entre Brizola e as lideranças ascendentes foram marcadas por crescentes defecções, como a de Saturnino Braga, eleito prefeito pelo PDT no Rio de Janeiro.

Apesar do “Novo Trabalhismo” jurar a purga de todos os “vícios” do passado, as práticas fisiológicas eram renitentes. E reincidentes. Anísio Kader indicava o apartamento entre “aqueles que montavam centros comunitários” e as propostas socialistas defendidas por Brizola (KADER, 2008). Para Jó Resende estas práticas estavam enraizadas na forma de se fazer política dos movimentos associativos durante a ditadura. Ranço histórico ou estratégia de sobrevivência, as relações clientelistas haviam sido muito bem cultivadas pelo governador Chagas Freitas. O percurso do PDT não conseguiu alterar a rota, e a cooptação de lideranças comunitárias tornou-se uma estratégia governamental:

Brizola tinha um pouco de medo daquele movimento novo que ele não conhecia, (...) e por isso mesmo, depois, quis cooptá-lo. No meio da minha última gestão na Famerj recebi ainda outro convite do governo. Salomão era secretário de Obras e me convidou para ser presidente da Feema. Colocamos outra vez o assunto em discussão no movimento, e novamente venceu a opinião de que eu não deveria aceitar (RESENDE, 2001).

A “perda de paradigmas” estava na raiz de uma grande descrença em relação às possibilidades de superação da exploração. Para Lysaneas Maciel a crise organizacional do PDT não podia ser explicada, e superada, sem identificar o seu impacto sobre a disposição de homens e mulheres de fortalecerem o partido e construir uma sociedade alternativa (MACIEL, 2003). Além da grave derrota do seu projeto político nacional, o cataclismo que atingiu o campo do socialismo repercutiu sobre o “Novo Trabalhismo”.

“O trabalhismo era o caminho brasileiro para o socialismo”. No início dos anos noventa, mesmo diante da grave crise do socialismo, esta frase continuava definindo a perspectiva do “socialismo moreno”. Era como se ela carregasse consigo todas as respostas necessárias e conferisse ao projeto uma autoridade irrefutável. As experiências internacionais eram interessantes e importantes, mas, de fundo, transparecia a convicção de que o percurso nacional nada tinha a ver com elas. Ao contrário de diversas organizações, que fizeram uma dura travessia naqueles anos – sobrevivendo aos piores momentos ou pulverizando-se –, o PDT não se envolveu com os dilemas abertos pela *débâcle* do bloco soviético.



O longo III Congresso, promovido pelo partido entre os anos de 1991 e 1993, tornou-se uma das expressões emblemáticas dessa realidade. Buscando readequar e aprofundar muitos aspectos da sua política, ele visava, principalmente, ao horizonte das eleições presidenciais de 1994. Apegando-se às assertivas de que aquela crise comprovava a correção do seu caminho, os trabalhistas não perceberam a velocidade da ofensiva neoliberal, e não entenderam que ela se dirigia ao conjunto das esquerdas, em escala internacional, e não apenas a uma das suas visões (BARBOSA, 2008).

Sobre as práticas pelas quais recebera a “rejeição” de segmentos expressivos das esquerdas – clientelismo, fisiologismo e personalismo – a política elaborada pelas mesmas no transcorrer dos anos oitenta são a evidência de que estes comportamentos não foram superados. Reincidentes, eles não atingiram apenas ao trabalhismo. Representando a permanência de antigas heranças políticas, demonstram também as dificuldades de uma agremiação promotora de um programa transformador propor mudanças radicais de médio e longo prazo diante de uma população que pensa as suas necessidades imediatas, esteja ela onde estiver. Podem ser os pobres das favelas cariocas ou os operários europeus. Apreendidas como características de partidos de viés popular, localizadas, sobretudo, na periferia do planeta, esses fenômenos também se verificaram em diversas organizações das esquerdas mundiais sob outras formas. Atualmente impõe-se a necessidade de que tais demandas se transformem em políticas públicas desenvolvidas pela ação do Estado ou da sociedade civil.

O “Novo Trabalhismo” combinava a dimensão do antigo – possuía uma forte herança de mais de quarenta anos – e do novo – congregando agrupamentos neófitos, visões políticas alternativas e gerações diversas. O compromisso nítido com o ideário socialista constituiu-se numa novidade do projeto trabalhista a partir de 1979. Todavia, a centralidade da estratégia da conquista de governo e das responsabilidades inerentes às práticas institucionais logo no início da sua organização acabou prevalecendo sobre os aspectos doutrinários, sobre a maturação de um programa mais definido acerca do socialismo.

No decorrer dos anos 90, à medida que se distanciava do seu projeto original – eleger Brizola presidente – o trabalhismo exibia uma incapacidade cada vez maior de atualizar o seu programa. À proporção que o Partido dos Trabalhadores introduzia uma série de referências nacional-estatistas, o “Novo Trabalhismo” perdia o seu espaço como a grande e incontestada expressão desta concepção. Enquanto o colapso atingia “corações e mentes” de dirigentes,

militantes e filiados, a ausência de respostas fortalecia as perspectivas pragmáticas. De outro lado reforçava a ideia de um retorno nostálgico ao “trabalhismo das origens” (PDT, 2011).

## Referências

- BAMBIRRA, Vania. Os programas dos partidos políticos no Brasil: uma análise comparativa. RS: Assembléia Legislativa do RS, 1981.
- BARBOSA, Vivaldo. Entrevista à autora. RJ, 2008.
- BASSO, Agenor. PDT. Fontes trabalhistas. Realizações sociais. Caxias do Sul, 2000.
- BOMENY, Helena. Salvar pela escola: programa especial de educação. in: FERREIRA, M. M. (org.). A Força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. RJ: FGV; ALERJ, 2008. pp. 95-127.
- CHUAHY, Eduardo. Populismo, a quem serve a confusão conceitual? RJ: Ed. Autor, 2002.
- D' ARAÚJO, M<sup>a</sup> Celina S. Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65. RJ: FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. in: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.
- FERNANDES, Aurélio. O brizolismo e os 21 anos de PDT. Texto. RJ, 2001.
- \_\_\_\_\_. Entrevista à autora, 2007.
- FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história. Debate e crítica. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.) As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964. Vol. 2, RJ: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Luiz Henrique. Entrevista à autora. RJ, 2008.
- GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. RJ: IUPERJ/Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. Trabalhismo e democracia. O PTB sem Vargas. in: GOMES, Angela de Castro (org.) Vargas e a crise dos anos 50. RJ: Relume Dumará, 1994. pp. 144-146.

- GRIJÓ, Luís Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. in: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964. Volume 2. RJ: Civilização Brasileira, 2007.
- KADER, Anísio. Entrevista à autora. RJ, 2008.
- LINHARES, Maurício. Entrevista à autora, 2008.
- MACIEL, Lysaneas. Lysaneas Maciel (depoimento, 1998). RJ, CPDOC/ALERJ, 2003.
- MANESKY, O.; SAPUCAIA, M.; BECKER, P. Com a palavra Leonel Brizola. RJ, 1994.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. Brizola e o trabalhismo. RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. Trabalhismo e socialismo no Brasil. A Internacional Socialista e a América Latina. SP: Global Editora, 1985.
- PASQUALINI, Alberto. Bases e sugestões para uma política social. 2ªed., PoA: Regel, 2008.
- \_\_\_\_\_. Manifesto, s/d. in: PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Volume único, PDT, RJ, 2006. p. 27; 37.
- \_\_\_\_\_. Carta de Lisboa. Lisboa: Junho de 1979. in: PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Volume único, PDT, RJ, 2006.
- \_\_\_\_\_. Carta de Mendes. Lisboa: Junho de 1979. in: PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Volume único, PDT, 2006, p. 17.
- \_\_\_\_\_. Projeto Brasil. Só a força do povo pode mudar o país. Disponível em: <http://www.pdt12.locaweb.com.br/primeirapagina.asp?id=94>, Acesso em: 10 mar. 2011.
- POERNER, Arthur. Brizola, quem é? RJ: Ed. Terceiro Mundo, 1989.
- RESENDE, Jó Antônio. Depoimento. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. Confissões. SP: Cia das Letras, 1998.
- SANTOS, Theotonio dos. O caminho brasileiro para o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SANTOS, Theotonio dos. Entrevista à autora. RJ, 2008.
- TALARICO, José Gomes. José Talarico. Depoimento ao CPDOC. in: FREIRE, Américo (coord.). RJ: Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense/ ALERJ/ FGV. 1998.